

CPI autoriza quebra de sigilos bancário e fiscal de entidades

BRASÍLIA — A CPI do Orçamento aprovou ontem a quebra de sigilo bancário e fiscal de 18 entidades que receberam subvenções sociais no período do ex-ministro da Ação Social e atual deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). Na mesma reunião sigilosa, os integrantes da CPI, por maioria absoluta, aprovaram também a quebra de sigilo de José Roberto Nasser da Silva, ex-diretor de Orçamento da Câmara, de sua empresa, Roberto Nasser Consultoria e Assessoria Ltda, e de Trajano Tristão de Macedo, assessor do deputado João Alves (PPR-BA) e ex-funcionário do Agrobanco, onde Alves mantinha conta.

Logo depois que o presidente da Comissão, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), leu a lista de entidades, o relator, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), mostrou sua indignação com o desvio de recursos. "Nós queremos mostrar que na mai-

ria das vezes esses recursos são jogados fora. Sou de uma região pobre do Nordeste, Pernambuco, e qualquer desperdício de dinheiro me deixa muito mal", condenou o relator. Magalhães lembrou que no Rio de Janeiro, no segundo semestre de 1992, apenas cinco entidades receberam cerca de US\$ 1,5 milhão, mais do que o estado inteiro de Pernambuco. O relator protestou ainda contra as entidades educacionais com fins lucrativos que recebem auxílio orçamentário: "Isso é proibido por lei". As cinco entidades são controladas pelo deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ) e pelo suplente de deputado Feres Nader (PTB-RJ).

Na próxima semana, a CPI vai se dedicar à análise da "farta documentação recebida pela Comissão", segundo detalhou o senador Passarinho. O próximo depoimento deverá ser agendado apenas no dia 16 de novembro, provavelmente do deputado José Geraldo (PMDB-MG).

A Comissão discutiu, ainda, se deve ou não começar a sugerir a cassação de parlamentares às mesas da Câmara e do Senado. Pelos menos dois deputados, nas avaliações mais cautelosas — João Alves (PPR-BA) e Cid Carvalho (PMDB-MA) —, já teriam acusações suficientemente fortes para a cassação de seus mandatos. Outros sete deputados, porém, estão sendo apontados como candidatos prováveis de um processo de cassação, que seria acionado pela CPI e executado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, sob a coordenação da mesa diretora. São eles: Ricardo Fiúza (PFL-PE), José Carlos Vasconcellos (PRN-PE), Sérgio Guerra (PSB-PE), Genebaldo Correia (PMDB-BA), Manoel Moreira (PMDB-SP), José Geraldo (PMDB-MG) e Fábio Raunheitti (PTB-RJ).

AS 18 ENTIDADES

- Hospital-Escola São José (RJ)
- Associação Promotora de Evangelismo (RJ)
- Faculdades Integradas Augusto Motta (RJ)
- Sociedade Barramansense de Ensino Superior (RJ)
- Associação Fluminense de Educação (RJ)
- Associação Educacional Caxiense (RJ)
- Sociedade Prot. Inf. e Mat. - Bom Jesus Itabapoana (RJ)
- Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil (RJ)
- Faculdade de Direito de Nova Iguaçu (RJ)
- Centro Educacional do Rea-

- lengo (RJ)
- Sociedade Prot. Infan. e Matern. de Mesquita (RJ)
- Sociedade Assistencial Barramansense de Ensino e Cultura (RJ)
- Colégio Aplicação Sesni (RJ)
- Organização Santamarense de Educação e Cultura (SP)
- Faculdades de Farmácia e Bioquímica de Cuiabá (MT)
- Faculdade de Odontologia de Cuiabá (MT)
- Instituto Tecnológico Educacional e Amparo Educacional CAR (DF)
- Fundação Vivil (PI)

O Tribunal de Contas da União (TCU) abriu ontem uma auditoria especial para investigar 38 entidades do Rio de Janeiro, todas de natureza comercial, que receberam subvenções sociais do Orçamento da União nos últimos anos. A medida foi sugerida pelo deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), que integra a Subcomissão de Subvenções Sociais na CPI do Orçamento, em um encontro com o presidente do TCU, Carlos Átila. A iniciativa está fundamentada no fato de que estas entidades não foram constituídas com fins sociais e, portanto, a rigor, não têm direito aos recursos federais.